



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009564-44.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Elizabeth Aparecida Lino**
 Embargado: **Maria do Carmo Moraes Pereira e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Elizabeth Aparecida Lino opôs embargos à execução que lhe é movida por **Maria do Carmo Moraes Pereira e João de Paula Pereira** alegando, em síntese, que o valor executado é inexigível e abusivo, por serem os exequentes partes ilegítimas para figurar no polo ativo da execução. Afirmou que somente o credor original descrito no contrato poderia receber os valores ali descritos, não havendo cessão de crédito, qualidade de sucessores por parte dos embargantes ou substituição do credor. Aduziu que o prosseguimento da execução poderá causar danos de difícil ou incerta reparação, uma vez que sua casa iria à penhora para garantia do crédito perseguido. Requereu que os embargos sejam julgados procedentes, a fim de que seja extinta a execução, ante a ilegitimidade dos exequentes. Juntou documentos.

Os embargados foram intimados e apresentaram impugnação. Argumentaram que a execução está amparada por título certo, líquido e exigível. Alegaram ser sucessores do credor originário, Marcos Alex Pereira, na qualidade de ascendentes, pois ele faleceu sem deixar filhos, nem outros bens. Logo, os embargados seriam beneficiários do crédito que o falecido tinha junto à embargante. Dessa forma, não há que se falar em ilegitimidade de parte, de modo que os presentes embargos são manifestamente protelatórios, sendo de rigor a improcedência. Juntaram documentos.

A embargante apresentou réplica.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos dos artigos 355 inciso I e 920, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, pois os documentos anexados aos autos e as alegações das partes bastam para a pronta solução do litígio, sendo desnecessária a dilação probatória.

Nos autos da execução ajuizada pelos embargados já foi deferido o benefício da gratuidade de justiça. Embora nestes autos não tenha sido deduzido pedido semelhante de forma expressa, observa-se que a impugnação genérica da embargante impede a revogação de referida benesse.

A despeito dessa falta de pedido expresso, os embargados reiteraram todos os pedidos da execução. Não faria lógica inadmitir a extensão do benefício já concedido para os presentes embargos.

Veja-se que nos autos da execução foi determinada a apresentação de documentos, a fim de se comprovar a condição de hipossuficiência alegada (fl. 36). E, após a juntada por parte dos exequentes, ora embargados (fls. 39/47 e 51/52), o juízo deferiu o pedido de gratuidade (fl. 53).

Na réplica não foram trazidos motivos suficientes e concretos que autorizassem a revogação e por isso o benefício fica mantido.

Ainda, a embargante formulou pedido para concessão do mesmo benefício nestes autos, tendo juntado declaração de hipossuficiência, a qual goza de presunção relativa de veracidade. Assim, para o fim de se dar às partes tratamento isonômico e considerando que esse pedido da embargante ainda não foi apreciado, é caso de deferimento.

No mérito propriamente dito, a principal argumentação da embargante diz respeito à ilegitimidade dos embargados para cobrar o valor descrito no contrato juntado aos autos, título que embasa a execução (fls. 34/35). Sublinhe-se que se trata de contrato particular celebrado entre a embargante e seu falecido ex-marido, filho dos embargados, cujo objeto era o pagamento da parte cabente ao ex-consorte no imóvel objeto de partilha por ocasião do divórcio.

Conforme se vê da certidão de óbito (fl. 33), os embargados são genitores de Marcos Alex Pereira, o qual figura como credor da embargante no contrato que embasa a execução. O falecido não deixou filhos nem bens. Logo, seus ascendentes são seus



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

herdeiros necessários, e disso decorre a legitimidade ativa deles para cobrar da embargante a dívida representada no título.

Não foi questionada a existência do débito ou sua validade. A embargante tenta se livrar do pagamento por meio de uma alegação meramente formal (necessidade de execução por parte do espólio). Ora, ao fim e ao cabo, os embargados é que seriam destinatários do crédito perseguido na qualidade de herdeiros do filho falecido, a quem a embargante pagaria se vivo fosse.

Frise-se que não se trata de obrigação personalíssima a ponto de o falecimento extinguir o vínculo contratual. A menção, no instrumento, de que o pagamento seria feito diretamente ao credor não implica a afirmação de que, com o falecimento, a própria obrigação se extinguiria. Trata-se uma alegação da devedora destituída de fundamento, de modo que o direito de crédito representado no título permanece hígido e é conferido aos sucessores do credor.

Não há no contrato cláusula resolutiva do negócio jurídico para a hipótese de falecimento do credor, de modo que este fato não tem o condão de extinguir o vínculo obrigacional.

Ante o exposto, **julgo improcedentes os embargos à execução, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Condeno a embargante ao pagamento das despesas processuais, além de honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, quantia que está em consonância com o artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, respeitado o disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Anote-se a concessão do benefício da gratuidade de justiça à embargante e aos embargados.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 02 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**